



**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS.**

**Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará.**

Lea Carvalho Rodrigues\*

Potyguara Alencar dos Santos\*\*

---

**Introdução**

Ao artigo interessa apresentar alguns resultados da pesquisa etnográfica que realizamos na localidade de Tatajuba, estado do Ceará, desde o ano de 2007. Seus objetivos se orientaram a compreender a dinâmica sociocultural da localidade e as mudanças provocadas pela expansão do turismo na região. Trata-se de local habitado por pescadores e agricultores familiares, o contingente populacional menos protegido pelos dispositivos constitucionais<sup>1</sup> quanto aos direitos das “populações tradicionais”; segundo autores que têm se dedicado ao tema, destacando-se os que atuam na área do direito como Santana e Oliveira (2008).

---

\* Mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente é professora associada do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [leaufc@gmail.com](mailto:leaufc@gmail.com).

\*\* Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Laboratório de Estudos sobre a Globalização e do Desenvolvimento. E-mail: [potyguara.alencar@gmail.com](mailto:potyguara.alencar@gmail.com).

<sup>1</sup> Artigo 231, parágrafo 3 da Constituição Federal.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

A referida pesquisa foi motivada pelo anúncio, em 2007, de um convênio entre os governos do Ceará, Piauí e Maranhão, com o apoio do Ministério do Turismo (MT), via financiamentos advindos da Cooperação Andina de Fomento (CAF) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para implementar um roteiro turístico interligando os três estados pela rota Jericoacoara – Lençóis Maranhenses. O projeto, que inicialmente foi denominado CEPIMA<sup>2</sup> e depois “Roteiro das Emoções”, prevê ações coordenadas em dez municípios do litoral brasileiro, considerados portadores de fortes atrativos turísticos. Prevê a interligação das cidades de Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha e Chaval, no Ceará; as cidades de Ilha Grande, Parnaíba, Luis Correa e Cajueiro da Praia, no Piauí; e as cidades maranhenses de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araisos.

A formalização de um convênio de tal envergadura indicava a continuidade das políticas de incentivo ao turismo no estado do Ceará que à época, segundo Cabral e Teles (2005), direcionavam os recursos públicos preponderantemente para o litoral Oeste do estado, região litorânea que, segundo eles, mais recebia recursos públicos para a melhoria da malha viária e de infraestrutura com o intuito de fortalecer o turismo no estado.

Estes foram os antecedentes que instigaram a formulação de um projeto de pesquisa, o que ocorreu no ano de 2008<sup>3</sup>, com o intuito de acompanhar, numa primeira fase, os acontecimentos em três localidades do estado do Ceará que fazem parte do citado roteiro e que têm forte potencial turístico: Tatajuba e Praia do Maceió, pertencentes ao município de Camocim, e Bitupitá, pertencente ao município de Barroquinha. Em acordo com este projeto, até o ano de 2010 foi realizada de forma mais intensiva a pesquisa etnográfica na localidade de Tatajuba<sup>4</sup>, razão porque trazemos aqui em especial os dados etnográficos colhidos nessa localidade.

---

<sup>2</sup> Criado pelo Ministério do Turismo durante a gestão de Martha Suplicy, o Projeto CEPIMA – hoje conhecido como Projeto Rota das Emoções -, é parte integrante do Programa de Regionalização do Turismo (PRODETUR).

<sup>3</sup> O projeto (Rodrigues 2008a) intitula-se “Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais”, e contou com recursos do CNPq: uma bolsa PQ e duas bolsas PIBIC.

<sup>4</sup> A equipe, composta pela coordenadora do projeto, Lea Carvalho Rodrigues, e três alunos à época cursando graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC): Potyguara Alencar dos Santos, Tatiane Ricarto de Lima e Evandro Magalhães, realizou atividades de pesquisa na localidade em outubro de 2007, dois períodos de pesquisa de campo em 2008 (abril e outubro) e janeiro de 2009, quando também se iniciaram os trabalhos de pesquisa exploratória em Praia de Maceió e Bitupitá. Os referidos alunos regressaram a Tatajuba no mesmo ano de 2009, nos meses de julho e agosto. No ano de 2010, de forma mais intensiva, Potyguara Alencar dos Santos realiza periódicas visitas à localidade, recolhendo dados que também informam este texto e que compuseram o seu trabalho monográfico.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

O intuito principal é apresentar a difícil situação enfrentada, no Brasil, por populações que se enquadram no rol das denominadas populações tradicionais e que, no entanto, encontram muita dificuldade para garantir seus direitos com relação à propriedade da terra, quando essas terras, que habitam há décadas, se tornam de interesse do grande capital imobiliário ou se encontram na rota de projetos de desenvolvimento. No presente caso, refere-se especialmente à especulação imobiliária para fins turísticos.

O turismo, como tem sido tratado por estudiosos contemporâneos, é uma indústria que se estende por todas as regiões do mundo, com uma intensidade ímpar “que define pautas de desenvolvimento econômico e formas de reprodução sociocultural” (Marín 2010: 1). Como destacam ainda López y Marín (2010), a partir das ponderações de Urry e Meetham, o turismo tem como característica particular a transformação de lugares em mercadorias, de forma que a produção do espaço turístico é essencial. Assim, por suas características específicas, ele necessita de vastas extensões de terra para se desenvolver, normalmente localizadas em regiões cujas belezas naturais lhes confere elevado potencial turístico, o que, no mais das vezes, gera forte especulação imobiliária, além de conflitos fundiários em áreas habitadas por populações ali radicadas. Esta foi a situação que encontramos em Tatajuba (vide Rodrigues 2008b; Santos 2010). Essas populações, no caso brasileiro, geralmente não possuem os títulos de propriedade das terras onde vivem e realizam atividades que demandam saberes particulares, como é o caso da pesca artesanal e as ligadas à agricultura de sobrevivência; estas últimas pelas formas de plantio e a produção dos produtos derivados da mandioca nas casas de farinha ou a produção de derivados da cana de açúcar.

Ao apresentar a dinâmica de vida da população residente em Tatajuba – os conflitos vividos com a chegada do turismo e as mudanças ocorridas ao longo do tempo – cremos estar contribuindo com as discussões em torno aos direitos das populações tradicionais uma vez que a forma como se define população tradicional – nos planos institucional, jurídico, intelectual – é assim colocada à reflexão.

Consideramos que o conhecimento antropológico produzido sobre as populações que vivem em áreas de expansão do turismo, bem como de implementação de políticas públicas de desenvolvimento, fornece subsídios para a proteção dos seus direitos.

**Tatajuba: lugar e contexto da pesquisa**

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

A praia de Tatajuba situa-se a aproximadamente 325 quilômetros de Fortaleza, 35 quilômetros da mundialmente conhecida praia de Jericoacoara e 25 quilômetros da sede do município de Camocim, na costa Oeste do estado do Ceará, numa porção de terra coberta por dunas, localizada entre a foz do rio Coreaú e um braço de mar que se encontra com um extenso lago, denominado Lago Grande. A região é de difícil acesso, podendo-se ali chegar apenas com veículos tracionados bugues ou canoas. Em razão disto, o vilarejo esteve, durante décadas, isolado dos centros urbanos, ainda que, segundo os depoimentos colhidos na localidade, sempre houve trânsito de moradores entre os vilarejos das redondezas. Também os poucos donos de pequenos comércios, professores – médicos e dentistas mais recentemente – sempre realizaram, ainda que se tratasse de um trajeto demorado e difícil, o trânsito entre Tatajuba e o município de Camocim. Com o crescimento do turismo em Jericoacoara, desde a década de 1990, a inserção paulatina de Tatajuba no circuito turístico da região é vista pelos próprios moradores como inevitável (Rodrigues 2008) e o fato trouxe uma nova dinâmica à localidade com a presença de turistas provenientes de Jericoacoara e a criação de uma rota diária que liga Tatajuba a Jericoacoara e Camocim, servida por camionetes.

A região integra uma Área de Preservação Ambiental (APA) composta de dunas, manguezais e lagoas. A intensa dinâmica das dunas móveis na região foi responsável pelo desaparecimento do primeiro núcleo populacional, há cerca de 50 anos, a “velha Tatajuba”, situada ao lado direito do braço de mar, bem como pelo surgimento das quatro vilas que compõem a atual Tatajuba (Souza 2005), que no geral mescla-se à denominação de Nova Tatajuba.

Em outubro de 2007, quando chegamos a Tatajuba, para realizar a primeira pesquisa de campo, ainda exploratória, o lugarejo era formado por uma população de cerca de 150 famílias e um total de aproximadamente 800 pessoas e contava com apenas uma pousada em funcionamento. Localizada defronte à praia de Tatajuba, aproximadamente a três quilômetros do núcleo central da vila, era praticamente a única opção de acomodação a preços módicos.

Na região central, que muitos denominam “o alto”, se localiza a sede da vila. Ali encontramos um aglomerado de casas tendo ao centro uma igreja católica, à qual, segundo os depoimentos, uma vez por ano comparecia um sacerdote, vindo de Camocim, para realizar batizados, crismas, comunhões e casamentos. Havia também nas proximidades uma igreja da Assembléia de Deus onde os cultos ocorriam com maior regularidade e uma

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

pequena área retangular de areia, cercada por bancos com o intuito de ser uma praça, mas que sempre encontramos vazia. Ladeando a igreja estava ainda a sede do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba; em sua lateral esquerda a escola, tendo anexo o prédio do posto de saúde; dois pequenos comércios de gêneros alimentícios de primeira necessidade; uma central de distribuição de energia elétrica próxima à igreja e ainda uma pequena área destinada ao funcionamento de uma central de vendas de artesanato, mas que comumente se encontrava vazia de clientes, de forma que a maioria das lojas permanecia fechada. Ao meio do caminho entre a vila e a praia, após atravessar a pequena ponte que permite ultrapassar a região do mangue, localiza-se a sede da Associação dos Moradores de Tatajuba, a ACOMOTA, primeira associação do lugar, criada em 1994 por iniciativa dos moradores da localidade e com o incentivo de vereadores e deputados estaduais<sup>5</sup>.

Tatajuba é formada por esta porção central, a sede, onde acontecem ou para onde convergem todos os acontecimentos, e mais três vilas: Baixa da Tatajuba, situada a meio caminho entre a região central e a Lagoa da Torta – para onde se dirigem os turistas vindos de Jericoacoara – é um pequeno conjunto de casas isoladas umas das outras e que tem como único ponto aglutinador a escola local; Vila Nova, que se localiza do outro lado da *camboa* – vocativo êmico que designa o pequeno braço de mar que separa a região onde se localizava a velha Tatajuba e a atual Tatajuba – é um vilarejo onde predominam as atividades agrícolas, sendo o mais densamente povoado da localidade, ondem também se fixaram um pequeno grupo escolar, a sede da Associação dos Trabalhadores Rurais de Tatajuba e um projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil, que constava de uma área onde foram construídas duas câmaras frigoríficas com a intenção de produzir gelo para estocar peixe, mas que hoje apenas servem à produção do gelo que é vendido para as barracas situadas na lagoa da Torta; e, finalmente, Vila São Francisco, que na época contava no máximo dez casas e onde residem os membros de duas famílias de pescadores que se recusaram a sair da região quando a velha Tatajuba foi coberta pelas areias. As famílias remanescentes do evento da intrusão das dunas móveis na região da velha Tatajuba apenas deslocaram as suas casas algumas dezenas de metros à Leste do local do soterramento.

Vale observar que a nova denominação dada à vila fundada após o soterramento daquela primeira, há cerca de 50 anos, é de Nova Tatajuba. Aqui, no entanto, manteremos a

---

<sup>5</sup> O objetivo de se formalizar a “associação de moradores” respondia à possibilidade do beneficiamento da vila com projetos voltados ao desenvolvimento sustentável: construção de equipamentos náuticos que servissem aos pescadores, assistência financeira e técnica no manejo da plantação de coqueiros e a reivindicação de equipamentos de utilidade pública (telefonia, luz elétrica, água encanada etc.).

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

denominação dada pela prefeitura de Camocim, bem como pelo Programa Saúde da Família (PSF), que considera Tatajuba como o conjunto da sede da localidade mais as três vilas.

Como bem analisou Santos (2010), pode-se dizer que as vilas formam “ilhas” de sobrevivência em meio a um grande cenário de paisagens variantes e inabitadas – as dunas podem se mover e as chuvas podem alterar o curso das águas, a paisagem se modifica, assim como os caminhos para se locomover de uma vila a outra. São porções semi-interiorizadas de litoral cuja população se divide entre o cultivo das terras arenosas – extraindo delas o alimento para as poucas criações de animais, e o alimento em forma de verduras, frutas e leguminosas de alto grau de perecimento, o que impossibilita que seja trazido da sede do município –, além do extrativismo marítimo. Do ecossistema costeiro aonde se formam as águas e reentrâncias de mangues e alagados são retiradas as fontes de carboidratos e minerais que se multiplicam em forma de espécies variadas de animais marinhos. Nessa zona de preamar parcialmente ilhada pelas águas do mar, as relações socioecológicas com o ambiente biofísico costeiro são notáveis pelo exercício diário da pesca marítima e da *mariscagem* nos terrenos alagados.

**Trabalho, saberes tradicionais e sociabilidade**

Como já referido, a população de Tatajuba se dedica a duas atividades primordiais que provêm o sustento da maior parte das famílias: a pesca artesanal e a agricultura de subsistência. A pesca é exercida de forma mais sistemática pelos moradores de Vila São Francisco, que a têm como principal atividade laboral. As técnicas de manejo da pesca marítima são bastante rústicas, assim como são rústicos a forma de vida e os recursos infraestruturais que servem ao grupo residente naquela porção da vila.

Em Santos (2010) é apresentada uma classificação êmica das espécies de peixes existentes na localidade de Tatajuba, assim como as zonas em que eles são pescados na região: o pescado, a pilombeta e a parúa, por exemplo, são pescados com maior frequência pelos barcos leves dos moradores de Tatajuba – embarcações de no máximo quatro metros de comprimento por um metro de largura que levam ao mar o limite máximo de três tripulantes –; a ostra, a lagosta e a lula, são pescadas na costa do distrito vizinho, Guriú, por embarcações de porte semelhante às de Tatajuba, embora sejam mais velozes e ousadas. Já os peixes maiores, como o pintado, os vários tipos de tubarões e o agulhão, são geralmente capturados pelas grandes embarcações de Camocim, que possuem velas curvas e

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

arredondadas capazes de alcançar até dez metros de altura; jangadas construídas para enfrentar o mar revolto das “águas fundas”, limites e horizontes de mar que os pescadores chamam de “a risca”. Em Camocim, e também um pouco na vila de Maceió, mais a Oeste ainda, a pesca ganha maior significância econômica, dado que boa parte da sua população encontrou no mar a sua garantia econômica. Em Maceió, ou na Praia do Maceió, como a denominam os turistas, se praticam técnicas tradicionais de pesca, como o uso dos “cercados” ou “currais”, que apresam os peixes em estruturas geométricas construídas com madeiramentos fincados em águas rasas ou profundas e redes de nylon; orientados pelos fluxos das marés, os cercados são feitos para a captura de peixes de médio e até de grande porte.

É comum na atividade pesqueira, como comentado pelos trabalhos de Murrieta (2003) e Sautchuck (2008), a formação de uma sociabilidade de grupo a partir do trabalho. As tarefas se distribuem em hierarquias que ocupam funções diferentes, como a do “mestre” (dono da embarcação, conhecedor dos melhores locais para se lançar a rede), o “lanceador” (pescadores que tratam de revezar em lançar e puxar a rede) – atividades nem mais brandas, nem mais pesadas: dentro da canoa, todos trabalham com o mesmo empenho. Fora da embarcação, em terra firme, no bar, na conversa com os companheiros e compadres, o que se nota é que todos se tratam da mesma forma: as brincadeiras, as “prosas”, como são chamadas, são dirigidas a todos e também compartilhadas por todos.

Já na Vila Nova, acompanhar algumas horas de trabalho de Dona Maria<sup>6</sup>, a matriarca de uma família de negros e mestiços, é adentrar um mundo novo de saberes, tradições e especial ligação com a natureza por meio da prática da agricultura. Dona Maria diz com orgulho que é agricultora, que todos da família o são, assim como o foram seus pais e avós.

Todos os anos, no mês de setembro, Dona Maria escolhe a semana em que será feita a sua tradicional “farinhada”. Nesse dia, seus filhos, genros e noras se revezam na lida com a mandioca: levar os cavalos para o campo, voltar com os caçuás<sup>7</sup> repletos das raízes do tubérculo e jogá-las no chão de cimento da casa de farinha. Esta está construída ao lado da residência e durante todo o ano permanece apenas como depósito dos apetrechos próprios à produção da farinha e seus derivados. Os tubérculos vão formando uma pilha no chão de cimento e suas filhas e noras, mais alguns dos filhos e genros não ocupados com a retirada e

---

<sup>6</sup> Todos os nomes dos sujeitos da pesquisa aqui citados são fictícios.

<sup>7</sup> Vocabo êmico que designa um tipo de artesanato que pode ser feito com as fibras de palha da palmeira carnaúba ou com lascas de madeira retiradas do tronco do bambu. Os caçuás são recipientes utilizados para o empilhamento dos tubérculos durante o transporte entre a roça, onde são colhidos, e a casa de farinha, onde são estocados.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

transporte do tubérculo, vão descascando-as e jogando a parte branca em baldes que são levados à forrageira, máquina de triturar operada por seu marido. Este com rapidez pega os pedaços de mandioca descascada e joga na forrageira. Senta-se de lado sobre a mureta de cimento, posicionando-se bem à frente da máquina, próximo ao tanque onde é jogada a massa que passou pela primeira fase do seu beneficiamento antes de transformar nos seus derivados: farinha branca, farinha puba e goma.

Há uma divisão de trabalho silenciosa, pois cada um tem conhecimento do processo: a sequência das tarefas, o que deve fazer, como e quando. Todos trabalham de forma ininterrupta. A mandioca ralada é colocada em tanques onde é lavada em água corrente, depois espremida em peneiras artesanais e prensada em uma prensa manual feita de troncos de madeira. Dona menta transita de um lado a outro provendo materiais, lavando os panos para envolver a massa que será prensada, alimentando os animais, organizando os apetrechos; as filhas descascam a mandioca – que ficou de molho por um dia, num processo em que a maniçoba, que é massa ruim da raiz bruta, se transforma na “massa curada”, adequada à alimentação de homens e bichos –, enchem baldes, peneiram, até que se vá decantando o líquido branco e espumoso da massa. Os homens trazem os caçuaús, carregam lenha para o forno, montam a prensa, arrumam a massa nas caixas que são empilhadas e depois prensadas manualmente, controlam a prensagem periodicamente fazendo movimentos com uma madeira utilizada como torniquete. As crianças acompanham todo o processo, ajudam quando solicitadas e com isto aprendem as artes da tradição do preparo da farinha e dos seus derivados: tapioca, beiju, grude doce etc. Seu José, esposo de Dona Maria, mantém um sorriso largo durante todo o tempo de trabalho, bastante pesado por sinal, e sua carapinha e barba se enchem das felpas brancas que chispam do ralador.

Os dias de realização da farinhada são de muito trabalho, quando Dona Maria mal podia parar para conversar ou nos dar maior atenção, pois havia que estar atenta às fases do processo e às demais atividades da casa, além do alimento a ser fornecido aos animais, bem como aos filhos, genros, noras e netos que naqueles dias enchiam a casa e as redondezas de alegre ruído. Ao final da colheita e do processo de fragmentação dos produtos extraídos da mandioca, dá-se uma alegre reunião familiar, que também pode agregar os amigos mais próximos da família no meio das conversas, festejos e comilanças onde a tapioca é experimentada.

**Sociabilidade, modo de vida e imaginário local**

O dia-a-dia e a sociabilidade variam em acordo com as condições de vida e as atividades realizadas nas quatro vilas, já que cada uma delas é marcada por processos de trabalho distintos, bem como acesso a serviços públicos, comerciais e de lazer. O núcleo populacional a que aqui nos referimos como sede do distrito, além de congregar igrejas, escola e posto de saúde, tem uma vida mais ativa, pois dali parte todas as manhãs a camioneta que faz o trajeto até Camocim, por ali passam durante todo o dia os bugues<sup>8</sup> vindos de Jericoacoara com turistas que são levados à Lagoa da Torta, é onde se concentra um pequeno comércio – ao início da pesquisa eram apenas dois pontos de vendas de gêneros de primeira necessidade e cresceu paulatinamente com o aparecimento de tendas de internet e uma casa para a realização de festas e bailes, o *Sandália de Prata*. Todas as manhãs há fila no posto de saúde, para atendimento médico e dentário, e o movimento de pessoas, médicos e agentes de saúde mescla-se ao burburinho e trânsito de alunos e professores na escola principal da localidade, situada no mesmo prédio, mas com entrada apartada. O movimento nas ruas, de moradores, pescadores e demais trabalhadores é mais intenso também na parte da manhã. À tarde, quando o sol está a pino e torna insuportável o trânsito pelas ruas de areia sem arborização, o silêncio reina, pois todos se recolhem a suas casas, voltando a se ouvir o burburinho de crianças e jovens ao entardecer quando a escola volta a suas atividades recebendo os jovens que estudam o ensino médio. Vale salientar que esta escola da sede é a única da localidade que oferece continuidade de ensino após o curso fundamental. As portas de muitas casas se abrem e mirando o interior é possível ver os aparelhos de televisão ligados, em outras casas os moradores sentam-se à porta e conversam com vizinhos e passantes.

Na Vila Nova, a paisagem é outra, assim como a dinâmica social. A vila é muito arborizada, formada por unidades residenciais que dispõem de maior extensão de terra em razão das atividades agrícolas e criação de animais domésticos. A vila é grande em extensão, a mais povoada, mas não dispõe de um espaço onde se concentrem atividades comuns. Uma lanchonete que funciona como mercadinho e vende produtos de primeira necessidade concentra a sociabilidade do lugar. Este está localizado às margens da rua principal, também em areia, que atravessa a vila em toda a sua extensão. A escola fica ao final da rua, à

---

<sup>8</sup> Os “bugues” são veículos próprios para atravessar terrenos arenosos e dunas em razão dos largos pneus que levam na parte traseira e são muito utilizados na região para o transporte de turistas nas suas viagens pelo litoral. O bugueiro, motorista do veículo, geralmente é também o guia do passeio.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

esquerda da rua principal e um pouco mais adentro. Atualmente há camionetes que trazem os alunos que estudam na sede, moradores que para lá se dirigem em busca do posto de saúde e outros que fazem o trajeto entre a localidade e a sede do município de Camocim. Animais domésticos normalmente estão às portas das casas ou no meio da rua principal; porcos e galinhas, mas também é possível encontrar algumas cabeças de gado e cavalos descansando embaixo de árvores copadas. Por ali também transitam bugues e carros que vêm de Jericoacoara, mas que nunca se detém na localidade, de forma que ao entardecer o movimento cessa e a comunicação com o núcleo central de Tatajuba diminui, principalmente quando a maré alta despeja as águas no braço de mar que separa as duas localidades, de forma que só pode ser atravessado por barco.

Baixa da Tatajuba é a vila mais recuada em relação às três outras e, portanto, também com poucos recursos de infraestrutura, saúde e lazer. Ocupa a ponta Oeste do território, partindo do núcleo central e termina no chamado “Coqueiro do Abêncio” – planta que demarca, para os moradores de Tatajuba, o limite do seu território. O coqueiro teria sido plantado no local por um homem chamado Abêncio. Quando um morador de qualquer das localidades passa em frente ao coqueiro, se benze com o sinal da cruz, não se sabe a razão, mas talvez com isto os moradores estejam marcando com um símbolo sagrado os limites da comunidade. O lugarejo recebeu a denominação de Baixa da Tatajuba pelo fato estar localizado no sopé do altiplano onde fica o núcleo central. As casas ali estão bastante separadas umas das outras e a criação de gado e a pequena agricultura são predominantes. Todo o solo da vila está recortado por cercas que delimitam terrenos de tamanhos variados; algumas cercam áreas de tamanho considerável, outras chegam a cercar apenas um hectare, às vezes nem isso; apenas protege quatro ou três plantas frutíferas que sombreiam uma pequena habitação. Para atendimento aos serviços de saúde, bem como participação na vida social e religiosa é necessário o deslocamento ao núcleo central.

Vila São Francisco é a mais isolada territorial e socialmente do núcleo central. Sem infraestrutura, sem arborização, é apenas um conjunto de poucas casas que tentam seguir uma ordem linear de forma a constituir algo próximo a uma rua e outras dispersas num vasto espaço descampado. Sua proximidade com a Vila Nova proporciona aos seus poucos moradores o parco atendimento quanto ao comércio e diversão, fazendo com que estes sejam raramente vistos na parte central da localidade e se apresentem como dotados de um modo de vida mais recluso. O acesso à saúde e educação também é precário, de forma que as necessidades de deslocamento são maiores. Para irem à escola, por exemplo, as crianças se

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

dirigem a Vila Nova e para isto têm que caminhar sob o sol forte por uma boa extensão de terra. Mas ainda que tão isolada em relação ao núcleo populacional central, Vila São Francisco ganhou um atrativo turístico por estar nas proximidades da Velha Tatajuba, hoje soterrada. Ali param os turistas vindos de Jericoacoara para ver o local onde se situava a antiga vila e ouvir as estórias contadas por Francisca, mulher jovem casada com um dos filhos de João, patriarca de uma das duas famílias que habita a vila. Francisca não é originária de Tatajuba e sim de um vilarejo a meio caminho entre Tatajuba e Camocim, mas é ela quem conta as estórias não apenas do soterramento da antiga vila, mas todo um conjunto de narrativas que compõem o imaginário local. Vendo no trajeto dos bugueiros vindos de Jericoacoara a possibilidade de um ganho financeiro, Francisca instalou uma barraca de venda de água de coco justo defronte ao local onde ficava a antiga Tatajuba. Dentre essas narrativas, estão as estórias da vila soterrada e da duna encantada – da mulher de pele alva, vestido longo e tiara na cabeça, que qual uma rainha nela aparece e segue aqueles que se aventuram a atravessar a duna à noite; do Barco Estrela que encalhou no braço de mar e foi coberto pelas dunas; das “visagens” noturnas como a dos faróis de um carro que em certas noites arremete sobre as dunas, mesma visão que outros relatam como sendo os olhos arredondados e brilhantes de um carneiro de ouro; todas elas reproduzidas frente a cada grupo de turistas que passa. Isso torna o lugar uma paragem certa dos bugueiros, que entendem e tomam a fala de Francisca como um atrativo turístico para os seus clientes. Assim, Francisca produz uma mercantilização da tradição e ao mesmo tempo um reforço desta, ao tornar acessível a um público cada vez mais amplo o acervo de estórias que formam o patrimônio imaterial da localidade (Arantes 2004) e firmá-lo como tradição cada vez que conta as mesmas estórias.

Francisca narra aos turistas as estórias contadas pelas pessoas mais antigas que ainda vivem na vila São Francisco, mas do outro lado do braço de mar, na região do mangue, há ainda outras estórias que constituem um rico acervo do que é conceituado como patrimônio imaterial. Seu Manuel, antigo pescador da localidade, contou que houve um tempo em Tatajuba que muita coisa estranha acontecia. Disse da época em que se viam lobisomens e fantasmas, ou de quando saiu certa noite para pegar iscas para a pescaria do dia seguinte. Àquela época disse ele que pescava de noite e tinha outras tarefas durante o dia, na agricultura; pescava de noite porque a família era grande e não era fácil alimentar a todos. Pois então estava lá seu Manuel caminhando pela beira do mar para procurar iscas (pequenos peixinhos) quando viu um cardume enorme passando e saltando a sua frente. Ele

pegou a tarrafa, jogou, puxou e nada. A rede veio vazia. Caminhou mais um pouco e viu outro cardume, maior ainda. Preparou de novo a tarrafa, jogou, puxou, e nada. Vazia. Caminhou outro tanto em direção às pedras e chegando lá avistou mais adiante um homem com uma tarrafa. Diz seu Manuel que foi caminhando ligeiro para ver se alcançava o homem, mas ele caminhava ainda mais rápido; então percebeu que à medida que caminhava seus passos chiavam na areia, enquanto quando o homem caminhava não se ouvia chiado algum. Assustou-se, prestou atenção e tomou mais cuidado, pois, como concluiu, “com certeza não se tratava de coisa desse mundo”. Foi quando então o homem aproximou-se do poço – uma formação natural à beira do mar – e ali estava lotado de peixes pulando. Foi quando o homem jogou a tarrafa, “tão grande que era maior que esta pousada inteira”, dizia seu Manuel, “e assim pegou tudo. Vruumm! Tudo se levantou e assim como apareceu, sumiu”. Contou ainda as histórias do homem do mangue, que aparecia à noite próximo ao manguezal com um machado enorme nas mãos e que colocava o mangue abaixo com sua força descomunal. Dizia seu Manuel que “são essas história que havia muitas e hoje parece que não mais acontece ou então ninguém mais conta”, referindo-se aos novos tempos e às mudanças trazidas com a instalação da luz elétrica na localidade, doze anos antes. Quando me referi a Francisca e às histórias que ela conta, ele rechaçou com um muxoxo dizendo que ela não era do lugar para estar contando essas histórias. Mas efetivamente são essas histórias contadas por Francisca que vão se firmando cada vez mais como lendas e tradições do lugar.

### **Turismo, populações tradicionais e conflitos fundiários**

Quando chegamos a Tatajuba no ano de 2007 encontramos uma situação muito conflituosa na localidade. A população estava agrupada e dividida em três associações: Associação Comunitária dos Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba e Associação Comunitária dos Moradores de Vila Nova, sendo que as duas últimas associações se opunham à primeira.

Segundo a então presidente da ACOMOTA, Joana, o conflito e a cisão da única associação então existente, com sua tripartição nessas três associações, se deveu aos dissensos provocados pela chegada de uma empresa do ramo imobiliário à localidade, seis anos antes, que se disse proprietária de todas as terras que englobavam as quatro vilas, o que perfazia um total de aproximadamente 5.300 ha, incluindo as dunas, os mangues, as lagoas,

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

tudo enfim que compõe o rico e variado ecossistema do lugar<sup>9</sup>. Disse-nos que quando os moradores tomaram ciência de que as terras estavam registradas em nome da empresa houve grande mobilização como forma de impedir a perda das terras, mas também que ao longo do tempo os moradores se dividiram na avaliação quanto aos benefícios e malefícios que poderiam ser gerados com a implantação de um empreendimento turístico na localidade. De acordo com Joana, a falta de consenso se deveu à atuação dos donos da empresa que, com o intuito de enfraquecer ações conjuntas da população, injetavam dinheiro na comunidade pagando pessoas para realizarem trabalhos em roçados, apoiando atividades artísticas (coral e conjuntos musicais) e adquirindo imóveis de algumas famílias que seriam somados aos 5.275 hectares já registrados em duas matrículas no nome da empresa. Outro fator que provocava a divisão dos moradores, segundo ela, era a expectativa de criação de empregos com a vinda dos empreendimentos turísticos.

Vale destacar que as ações judiciais tomadas a princípio pelos moradores se deram pela ACOMOTA com o apoio jurídico do Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal, uma organização não governamental com sede em Fortaleza e que apóia as comunidades de pescadores ameaçadas pela especulação imobiliária, pelos grandes empreendimentos turísticos e pela exploração econômica da pesca predatória. Joana, a então presidente da associação, passou a frequentar encontros e seminários promovidos por instituições ligadas à defesa dessas populações, bem como do meio ambiente, que ocorrem em Fortaleza e outras cidades da região, e dizia ter assim adquirido um conhecimento mais aprofundado das dificuldades enfrentadas por moradores de outras praias do litoral cearense e de outras regiões do país, além de uma compreensão mais ampla da dinâmica de mercado envolvida com o turismo e suas práticas afins. Àquela época, a ACOMOTA mantinha contato também com a Associação Tremembé, uma organização não governamental italiana que procurava capacitar populações ameaçadas pela especulação imobiliária, de forma que elas pudessem desenvolver o turismo comunitário.

Naquele momento, as ações da associação se encaminhavam no sentido de lutar pela transformação da área em reserva extrativista. A questão, segundo Joana, é que era

---

<sup>9</sup> Em reportagem publicada no site [www.geocities.com/novatatajuba/conflito.htm](http://www.geocities.com/novatatajuba/conflito.htm) consta que “Em abril de 2001, orientados pela ONG - Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal e por uma assessoria jurídica, a Associação de Moradores requereu junto ao cartório do município informações sobre os registros de posse da fazenda Vitória Régia e descobriu, ao receber a documentação cartorial, que desde junho de 1993 existem dois registros de área que totalizam 5.275,450 hectares e que incluem toda a extensão habitada secularmente pelos moradores, terrenos de marinha, área de manguezais (APP), dunas móveis e fixas, recursos hídricos, enfim: toda uma extensão de terras onde a legislação coíbe a existência de propriedade privada plena. Os registros estão em nome da Vitória Régia Empreendimentos Imobiliários, com sede no Rio de Janeiro, de propriedade de um ex-acionista da Fininvest”. Consultado em 12/07/2009.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

necessário o consenso da comunidade em torno a essa proposta, o que estava cada vez mais difícil, uma vez que significaria que os moradores poderiam dedicar-se apenas a atividades extrativistas, abrindo mão das possibilidades de ganho trazidas pelo desenvolvimento do turismo. Segundo ela, a empresa afirmava que tudo melhoraria com a construção do complexo turístico pretendido, visto que isto geraria emprego e renda para os moradores, e que este foi um fator decisivo para a divisão dos moradores e a formação das outras duas associações.

Outra entrevista foi realizada com a presidente do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba, que se contrapunha às ações da ACOMOTA e dava apoio aos projetos da empresa na região. Roberta, professora na escola pública da localidade, é filha do senhor Carlos, que foi um importante líder comunitário e o criador da ACOMOTA, a primeira associação da localidade. Segundo seu depoimento, o pai criou a associação em razão da sua atuação como vereador em Camocim, por dois mandatos, quando percebeu a importância do associativismo como forma de angariar recursos para desenvolver Tatajuba. Segundo a presidente do Conselho, ocorreu a cisão entre os moradores, dentro da ACOMOTA, porque sua família e a do senhor Maurício, dois dos grandes troncos familiares da localidade, discordavam quanto à visão negativa sobre os projetos da empresa e os efeitos sobre os moradores, como, por exemplo, a perda das moradias. Seu discurso opunha atraso e progresso, afirmando ela que as pessoas da localidade que faziam afirmações negativas eram pessoas sem instrução, sem visão de futuro. Ao longo da entrevista fica claro, no entanto, que um dos principais motivos para a cisão foi o fato de o seu pai ter vendido terras suas para a empresa, de forma que foi visto por boa parte dos moradores como alguém que estava “entregando” Tatajuba. Ainda que a presidente do Conselho Comunitário tenha afirmado a legalidade da venda, o fato é que houve a venda de terras para a empresa e que isto teve repercussões negativas. Os dados secundários, principalmente os constantes de um diagnóstico sócio-econômico realizado pela Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR) como parte de um levantamento sobre a zona costeira do estado do Ceará (Araújo et al 2005), informam que havia um acordo entre os moradores de que ninguém venderia suas terras o que indica que este era um ponto fundamental e crítico na sustentação das relações sociais e alianças. Por outro lado, a fragilização desses laços repercutia nas posturas frente aos projetos da empresa, diretamente relacionados à questão da propriedade das terras.

Esta divisão, a nosso ver, também reflete mudanças que ocorreram em Tatajuba ao longo dos últimos anos, sobretudo no que se refere à formação de uma elite econômica local

(vide Rodrigues 2010) a partir de um capital social e político já existente. A liderança política local construída em anos de atuação para melhoria da comunidade e o capital social em mãos do grupo familiar, seja porque alguns de seus componentes avançaram nos estudos, como é o caso de Roberta, que já havia concluído o curso superior à época da entrevista e estava terminando um curso de especialização, seja porque este grupo familiar sempre teve o controle de alguns elementos simbólicos importantes, como o cuidado da igreja, a realização de orações comunitárias aos domingos, o ensino do catecismo, a alfabetização e ensino elementar quando ainda não havia escolas em Tatajuba, tudo isto se converteu ao longo dos anos em capital econômico. Quando se formou a ACOMOTA, o primeiro projeto que trouxe benefícios aos pescadores de Tatajuba, o projeto de construção de canoas foi um primeiro gerador de capital na localidade, uma vez que o construtor das canoas pode se beneficiar do financiamento que era concedido aos pescadores por meio da associação e, com o resultado, construiu os primeiros quartos da que viria a ser a primeira pousada do local. Os filhos do senhor Carlos, por outro lado, construíram barracas à beira da Lagoa da Torta, oferecendo serviços aos turistas que vinham de Jericoacoara. Em uma localidade onde o giro monetário era muito pequeno, funções públicas como a de vereador e professor, aliado aos recursos provenientes de vendas de terras, tudo indica, constituíram as bases de formação dessa elite econômica local. Hoje, praticamente todos os serviços de comunicação na localidade, bem como os serviços turísticos, estão em mãos dessas duas famílias que atuaram conjuntamente. Elas congregam o dono da principal pousada, os donos das barracas, bem como do veículo que faz o transporte de moradores na rota Jericoacoara-Tatajuba-Camocim, além das tendas de internet e uma mercearia aonde são vendidos produtos de primeira necessidade.

Como já apresentado e discutido em Rodrigues (2010), a partir da reflexão feita por Appadurai (2008) sobre o conceito de mercadoria, o que ocorreu em Tatajuba foi um processo de mercantilização da terra<sup>10</sup> que gerou capital para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Até a vinda da empresa e o início desse processo de mercantilização, a posse formal da terra não era uma preocupação para os moradores, que não a consideravam como uma mercadoria e sim como um bem necessário à continuidade de suas atividades na localidade. Os pescadores e agricultores de Tatajuba relatam que, a princípio, as pessoas que desejavam se instalar no local simplesmente consultavam a liderança do

---

<sup>10</sup> A noção de mercantilização se refere àquela formulada por Kopittof (2008: 100) que a considera como um processo de transformação cuja expansão ocorre em razão não apenas da condição de troca de que ela é portadora, mas do sistema como um todo. Por esta razão o autor considera que acompanhar a biografia das coisas nos permite aceder ao processo pelo qual uma coisa se transforma em ou deixa de ser mercadoria.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

povoado e este indicava o lugar onde o interessado poderia construir sua morada, além de lavrar a terra e cuidar de sua criação, se fosse o caso (Rodrigues 2010). Quando a família aumentava em razão dos casamentos dos filhos, outras áreas adjacentes eram aos poucos ocupadas para constituir as novas residências. Com os acontecimentos mais recentes, desde o conhecimento sobre a compra das terras pela empresa, os terrenos foram pouco a pouco cercados, novas casas foram construídas, constituindo-se um comércio de terras que, a princípio estimulado pela própria empresa, já que ela mesma as adquiria, acabou escapando ao seu controle. Chegaram estrangeiros e compraram terras, chegaram pessoas vindas de outros estados do país e se estabeleceram nas cercanias, e os moradores foram fazendo do cercamento e venda de terras uma forma de ganho financeiro. Movimento econômico este que se restringe ao núcleo populacional central, pois nas demais vilas os moradores continuam a viver em acordo com os padrões anteriores, ainda que, por precaução, o número de casas tenha aumentado em Vila São Francisco, pois as gerações mais novas, temendo o futuro, se antecipam na construção de suas moradas. A família de José se envolve ainda no crescente negócio que se vai formando em torno à barraca por meio da qual Joana a contadora de estórias de Tatajuba, conseguiu uma fonte de rendimentos provinda do turismo por movimento próprio, independente da venda de terras ou alianças com outros membros da comunidade. Vale ainda observar que os moradores de Vila São Francisco ressentem-se de decisões que foram tomadas no passado durante as tentativas de negociações com a empresa, quando a maioria da população das demais vilas estava prestes a ceder as terras da Vila São Francisco. Isto levou José, em entrevista nos fornecida à época, a questionar o sentido dado ao termo comunidade pelos moradores de Tatajuba.

Como resultado das disputas entre lideranças dessas duas associações criou-se, logo após o primeiro cisma, em 2002, a Associação dos Moradores de Vila Nova e Adjacências. Segundo o presidente dessa instituição, a criação de uma nova associação condizia com a necessidade de marcar os interesses diferenciados entre as populações que viviam naquela localidade – e que estavam mais ligados aos nexos monetários advindos da pequena agricultura e pecuária pastoril – e os moradores do núcleo central, que tinham o turismo como economia principal. Essas diferenças, para ele, iam além de divergências políticas ou de fatores econômicos. Trata-se, na sua visão, de uma distinção criada desde o momento em que as populações começaram a ser expulsas da antiga vila de Tatajuba pela intrusão das dunas. Essa divisão teria resultado primeiro no surgimento da Vila Nova e depois no surgimento das outras vilas. Para ele, a localidade de Vila Nova seria, portanto, a herdeira

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

matricial dos antigos moradores da velha Tatajuba, hoje soterrada. Nos últimos anos, a associação de Vila Nova vem apoiando algumas iniciativas da empresa – com atual denominação comercial de Brazil Hospitality Group (BHG) <sup>11</sup> –, que mantém projetos de irrigação de plantações de coqueiros e hortas “coletivas” que empregam cerca de duas dezenas de homens da vila, além de algumas mulheres. Anualmente, os administradores locais da empresa – geralmente o advogado ou o contador – vão até o centro da vila e promovem uma grande confraternização dos seus empregados. Na abertura desses encontros, como se presenciou durante a pesquisa de campo, os administradores inquiram os moradores sobre os problemas enfrentados no manejo com as plantações, sobre a melhoria dos produtos agrícolas (coco, mandioca, bata, milho, etc.), tratam alguns pelo nome, demonstrando uma relação de parceria isonômica, fazem piadas, comentários sobre aspectos físicos de um de outro, tudo em tom jocoso e sempre íntimo, onde a cerveja e a cachaça azeitam e aquecem ainda mais aquela proximidade. Aos poucos, nessa reunião concentrada, os trabalhadores, submetidos a um grande questionário feito prestação de contas entre empregador e empregado, se transformam em “relatores locais”, informantes que revelam as movimentações dentro da vila e entre as vilas; “olheiros” desavisados que, num tom de quase confiança, desenham os fluxos e contra-fluxos de carros, pessoas e instituições dentro do vasto território da empresa.

Em suma, se analisamos a situação conflituosa encontrada em Tatajuba a partir de conceitos e noções antropológicas clássicas, veremos que os conflitos colocam em evidência tensões, hierarquias e diferenças sociais já existentes entre as quatro vilas e mesmo dentro delas, sobretudo na sede e na Vila Nova, onde os conflitos ganharam maior expressividade. Como bem mostraram Gluckman (1987) e Turner (1974), são momentos como esses, em que ocorrem acontecimentos inesperados, em que regras e acordos são rompidos, em que todas as forças sociais se encontram em ebulição, que melhor podemos compreender os padrões de relações e sociabilidade, bem como as fontes de conflito e tensão social.

Evidentemente, numa localidade pequena, onde todas as relações acabam por se mesclar, os conflitos associativos se refletem nas relações de sociabilidade e nas relações familiares. Foi observado, ainda, que os conflitos se davam em duas esferas: entre famílias e dentro das famílias. Ambas as situações dizem respeito tanto à questão da posse das terras como a do trabalho, uma vez que a expectativa de implantação maciça do turismo naquela localidade é, para uma parcela dos moradores, geradora de emprego e renda. Há, ainda, o

---

<sup>11</sup> Ver: <http://www.bhg.net/>.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

fato de que parte da população jovem começa a mostrar desinteresse em trabalhar nas atividades tradicionais: a pesca e a agricultura.

Uma nova relação com a terra e com o meio ambiente, o aumento das diferenças sociais entre moradores com a emergência de uma elite econômica local, novas relações com o trabalho bem como o contato com os turistas e a abertura de maiores possibilidades de intercâmbio cultural – com as localidades vizinhas ou com os visitantes e moradores vindos de outros países – conforma um novo quadro político, econômico, social e cultural que temos buscado compreender ao longo desses anos.

**Populações tradicionais: inquietações quanto a um conceito impreciso**

Os fatos aqui relatados e suas conseqüências no plano prático para os sujeitos envolvidos na situação de conflito – tanto nos embates entre moradores de Tatajuba e empresa, como as oposições entre os próprios moradores – expressam, a nosso ver, alguns fatores que, no caso brasileiro, dificultam a situação das populações em situações de disputa territorial, a saber: 1) a não resolução da questão fundiária; 2) a ausência de mecanismos claros de garantia aos direitos previstos em lei; 3) a pouca clareza na definição de conceitos como, no presente caso, o de populações tradicionais.

Para o presente tópico nos voltaremos em especial ao último ponto, já que os dois primeiros se referem a questões de ordem estrutural que só podem ser resolvidas no âmbito político mais amplo e que, por outro lado, levam as populações atingidas a buscar nos preceitos legais existentes formas possíveis de lutar pela garantia de seus direitos quanto à posse de terras habitadas secularmente. Trata-se não apenas de produzir uma reflexão que possibilite algum avanço com relação à inclusão de contingentes populacionais que se encontram vulneráveis às ações do capital e do Estado – fortemente afetados por políticas de desenvolvimento, projetos institucionais e empresariais – em categorias e conceitos que lhes forneçam mecanismos de luta por seus direitos, mas também sobre a dificuldade de, mesmo incluídas nessas categorias, conseguirem fazer valer esses direitos.

Nesse sentido, quanto ao conceito de populações tradicionais, iniciamos a reflexão trazendo as ponderações de autores que o discutem a partir da área do direito para depois verificarmos como os antropólogos estão se colocando frente a essas conceituações, suas lacunas e limites.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

Santana e Oliveira (2005) afirmam que as abordagens sobre populações tradicionais focadas nas sociedades indígenas têm se voltado para a questão dos saberes tradicionais e das discussões em torno a apropriação desses saberes. Consideram os autores que outras populações como pescadores artesanais e caiçaras, caboclos e ribeirinhos, têm muita dificuldade para serem incluídos – pelo poder público, mídia e diferentes setores sociais – como pertencentes a esta categoria e detentores de direitos garantidos constitucionalmente.

De fato, o artigo 231 da Constituição Federal ao reconhecer o direito das populações indígenas à sua cultura e às terras que habitam, criou um vínculo entre populações tradicionais e sociedades indígenas que pode ser lido de forma restritiva. As referidas terras, no texto constitucional,

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Constituição Federal, art.231, parágrafo 1º).

Assim, quando se pretende que populações como pescadores, ribeirinhos, caiçaras, tenham direito às terras por eles habitadas, a leitura do que pode ser considerado tradicional passa a ser feita no mesmo sentido de “habitadas em caráter permanente”, relação diferenciada com o meio ambiente e imobilidade cultural, já que o texto se refere a uma “reprodução” física e cultural, segundo usos, costumes e tradições. Ou seja, há a persistência de uma visão rígida e essencializada de tradição.

No âmbito da antropologia, há pelo menos trinta anos o conceito de tradição vem sendo questionado quanto à dicotomia produzida entre passado e presente, antigo e moderno, e aos pressupostos de imutabilidade e essência como marcas do tradicional. Um dos autores que mais impactou essa discussão no Brasil foi Marshall Sahlins, ao afirmar que toda reprodução cultural é também uma alteração e que os esquemas culturais são constantemente renovados porque os homens pensam criativamente, e assim alteram seus conceitos e fornecem novos sentidos aos mesmos elementos que conformam o que chamamos tradição.

Já na antropologia brasileira temos duas vertentes principais. Uma que se volta em especial ao estudo das sociedades indígenas e demais populações amazônicas, discutindo de forma privilegiada a propriedade intelectual dos saberes que essas populações detêm

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

(Carneiro da Cunha e Almeida 2009), articulando, assim: i) as populações tradicionais; ii) os conhecimentos tradicionais referidos às suas práticas produtivas; e iii) os mecanismos ambientais de conservação incentivados por elas. Nessa vertente, temos, portanto, uma mudança em relação a uma conceituação mais clássica, como a de Durham (2004: 133-180), em que populações tradicionais são as que vivem em áreas isoladas e praticam uma economia de subsistência, com técnicas homogêneas de produção e condições precárias de existência.

O próprio IBAMA ao referir-se a essas populações toma o conceito forjado dentro da análise ambientalista<sup>12</sup>. Nesta definição, população tradicional “pode ser tão moderna quanto uma população urbana; o que interessa é a sua relação conservacionista com o meio ambiente”<sup>13</sup>, o que coloca um pré requisito ao enquadramento dessas populações como tradicionais.

A crítica a esta redução do conceito foi feita por Carneiro da Cunha e Almeida (2009: 287) ao refutarem a simples vinculação entre preservação ambiental e adesão à tradição e definirem populações tradicionais “de maneira ‘extensional’”, referindo-se “à enumeração dos elementos que as compõem” (idem: 278) e questionando, ainda, a “essencialização da relação entre as populações tradicionais e o meio ambiente”.

Na outra vertente estão os estudos sobre remanescentes de quilombos, populações costeiras, extrativistas, pescadores, caiçaras e comunidades tradicionais urbanas. Os antropólogos que estudam populações de pescadores e caiçaras se vêem constantemente frente a situações de fragilização dessas populações quanto aos direitos de propriedade da terra que habitam. Hoje, cada vez mais, surge a ameaça à garantia das próprias condições de trabalho, dado que o acesso ao mar e áreas de manguezais está cada vez mais sujeito à privatização por condomínios residenciais, *resorts*, estações de energia eólica, complexos portuários e tantas outras formas de apropriação desses espaços. Em razão da “ausência de institutos jurídicos que garantam seus direitos históricos”, Chamy (2004: 1) colocava como alternativa para essas populações a luta pela instituição de Reservas Extrativistas Marinhas (REM) para exploração comunitária, já que seria um instrumento que “delimita e restringe a exploração da área” e “reconhece o direito consuetudinário desses grupos sobre territórios marinhos, incluídos mangues e estuários”. Ou seja, frente à situação fragilizada dessas populações, o caminho apontado seria buscar estratégias que por caminhos distintos garantam esses direitos.

---

<sup>12</sup> Vide <http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>, consultado em 13 de junho de 2011.

<sup>13</sup> Idem.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

Outra tentativa de lidar com as ausências de proteção legal foi redefinir o conceito de populações tradicionais de forma a ampliá-lo para que abarque todos os grupos em situação vulnerável. Santos e Oliveira (2005) formularam um conceito de comunidades tradicionais como sendo grupos coletivos humanos que possuem um modo de vida distinto da sociedade informatizada e que não produzem os mesmos impactos ambientais. O problema aqui é que se confere uma total distinção desses grupos, e em termos de progresso, de forma que se cai em outra armadilha, pois qualquer sinal de proximidade com a sociedade informatizada já seria um ponto a negar a esses grupos os direitos que se quer afirmar. Os autores se valeram de formulações clássicas da antropologia, bem como de autores mais contemporâneos, como no Brasil a referência a Diegues (2000) que caracteriza populações tradicionais por: i) simbologia, mitos e rituais próprios; ii) noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente; iii) ocupação do território por várias gerações do mesmo grupo, ainda que ocorram deslocamentos de parte dos indivíduos para fora do território.

A definição de Diegues procura, portanto, minimizar a distinção absoluta no modo de vida, priorizando a relação entre o grupo e o território que ocupam, colocando a terra habitada no centro da definição, independente da vinculação com a conservação ambiental. Parece-nos uma definição menos restritiva, com certeza, para o contingente específico a que nos referimos, ou mesmo para grupos que Diegues considera como parte dessas populações, quer estejam ou não em regiões isoladas, como, por exemplo, grupos étnicos vivendo em meio urbano. O fator territorial é também enfatizado por Little, agregado ao conceito de populações tradicionais. Trata de uma situação espacial onde um determinado grupo tenta priorizar a ocupação e a manutenção tendo por objetivo conservar e trabalhar de maneira sustentável dentro um ambiente biofísico específico (Little 2002). Mas será que ao ampliarmos o conceito não perdemos em precisão quanto às especificidades, como as atinentes aos grupos indígenas e populações amazônicas? E como conceituar populações indígenas que vivem em meio urbano?

Novamente Carneiro da Cunha e Almeida (2009: 289) nos fornecem alguns elementos que procuram desconstruir as barreiras entre tradição e modernidade ao posicionar as populações tradicionais no interior dos quadros de mudanças nacionais e globais, já que elas “tornam-se parceiras de instituições centrais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e as poderosas ONG’s do Primeiro Mundo”.

Entretanto, quanto a este ponto, diríamos que as reflexões se referem a situações bastante específicas e pouco comparáveis às que relatamos neste texto, com a apresentação

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

dos dados etnográficos sobre Tatajuba. A população que estudamos faz, sim, parcerias com ONGs internacionais, mas para buscar proteção judicial e alternativas de sobrevivência no plano prático. Seus saberes não têm o mesmo poder de tornar-se mercadoria como ocorre com as populações amazônicas, indígenas e ribeirinhos. Além do mais, a pesca artesanal cada vez mais perde espaço para a exploração da pesca predatória. A agricultura é de subsistência. Órgãos públicos como a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) atuaram de forma dúbia em todo o processo. Há interrogações sobre como foi feita a medição das terras vendidas e sobre como ocorreu o seu registro. Agentes da SEMACE quando aparecem na localidade, muitas vezes acompanhados de policiais, atuam em defesa dos interesses dos representantes da empresa, sob o pretexto de estar fazendo valer a defesa das Áreas de Proteção Permanente (APP). Uma dessas incursões ocorreu quando estávamos realizando pesquisa de campo e foi possível acompanhar a ação intimidadora frente à população.

Desta perspectiva, os dados apresentados procuraram mostrar a heterogeneidade existente na população estudada, que é marca de qualquer grupo social, o que complexifica a definição sempre tendente a homogeneizar e essencializar. Mostrou também que a população, na ausência de garantia de direitos e frente às pressões da lógica de mercado, encontrou dificuldades para o desenvolvimento de ações conjuntas. A formação de uma elite econômica na localidade, é claro, foi fator preponderante para a emergência dos conflitos; mas trata-se de uma minoria os que estão usufruindo dos recursos provenientes da exploração do turismo.

Na qualidade de antropólogos, nos vimos também frente a alguns dilemas. Como fica claro nos casos relatados, dois grupos familiares poderiam se valer de estratégias individualizadas para garantir a propriedade da terra: a família de Nego Alfredo, na Vila São Francisco, pela ancestralidade indígena, e a família de Da. Menta, por todos os indicativos de se tratar de família passível de se enquadrar como quilombola<sup>14</sup>. Mas se a questão da terra diz respeito a todos os moradores das quatro vilas, os direitos ameaçados não seriam então

---

<sup>14</sup> A região onde se localiza Tatajuba foi no passado palco de conflitos entre portugueses e grupos indígenas, como os jaguaruanas, guanacés e tremembés (vide Oliveira 1890). Hoje os remanescentes dos tremembés têm uma concentração maior em Almofala, mas todo o extremo-oeste da costa cearense, até o Maranhão, é região de dispersão desses indígenas. Já a região de Acaraú, Marco, Cruz, Santana do Acaraú são habitadas por grupos quilombolas e é desta região que vieram os familiares de Dona Menta para se radicarem no povoado do Guriú, próximo a Tatajuba. Além do mais, essas populações de ex-escravos são predominantemente agrícolas e as tradições da farinhada são vinculadas a núcleos populacionais quilombolas (vide Morais 2005; Assunção 2010).

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

os mesmos? Pelo direito de uma população à terra em razão da ocupação de um território por décadas seguidas?

Os argumentos ambientalistas poderiam ser evocados, dado que a população estudada vive há décadas em harmonia com uma área frágil do ponto de vista ecológico, sujeita a modificações constantes em razão dos movimentos das dunas e dos efeitos das enchentes. Padrão de relacionamento homem-natureza que tem se visto ameaçado em razão dos constantes cercamentos de terra. Uma saída então seria a população reivindicar tornar-se uma reserva extrativista. Mas como conseguir consenso quanto a isto se os dez anos de conflitos e alianças já colocou a população frente a outra realidade? E em razão destas mudanças perderiam elas o direito a terra, uma vez que estariam já algumas famílias inseridas na lógica de mercado? Qual é a questão maior, afinal, senão o direito à terra?

Por fim, se evocamos os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que dispõem sobre os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro – formas de expressão e modos de criar, fazer e viver –, a população residente em Tatajuba estaria amplamente protegida.

Tendo em vista o acima exposto, seria de se esperar que o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) colocasse fim aos embates nessas áreas litorâneas. O decreto as define como grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Esta definição ampliou o contingente de populações com direito aos territórios que ocupam, visto que em seu artigo 2º, a PNPCT dá ênfase à garantia dos direitos territoriais a essas populações. E então esbarramos novamente nos problemas estruturais elencados no princípio deste tópico, sobretudo a ausência de mecanismos que façam valer os princípios colocados em lei num país onde a resolução das questões fundiárias é ainda um tabu.

### **Considerações Finais**

A situação aqui relatada em nada difere da dinâmica da intensificação do turismo em toda a costa do nordeste brasileiro, por meio de desapropriações, ou apropriações, de patrimônios fundiários que abrigam populações que há gerações neles vivem, e a sua

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

posterior transformação em pólos turísticos. No estado do Ceará estas ações ganharam proporções significativas, sobretudo na última década do século passado. Além do mais, a autonomia que esse capital privado adquiriu no cenário nacional, propiciado pelo interesse do próprio Estado em fazer valer a lógica do desenvolvimento turístico de forma regionalizada, acabou gerando resultados cujos efeitos, no mais das vezes, são medidos apenas pela lógica econômica, minimizando-se assim os seus efeitos sociais.

O que motivou o desenvolvimento das idéias aqui apresentadas foi, portanto, a tentativa de dar a devida importância aos efeitos dessas mudanças sobre populações que não têm no plano jurídico clareza quanto aos seus direitos sobre a terra que habitam, muito menos a mesma força que os grandes grupos empresariais para fazer valer os seus interesses. Ao acompanhar os desdobramentos do Projeto CEPIMA e o seu impacto sobre algumas das populações que habitam o corredor turístico que interliga os estados do Ceará, Maranhão e Piauí, invertemos a lógica característica das análises de políticas públicas, que privilegiam um campo macro-estruturante de análise e seguem o cálculo: propostas, desenvolvimento e aplicação. Ao contrário, centramos nossas pesquisas no método etnográfico de análise e a partir do conhecimento aprofundado da dinâmica sócio-cultural dessas localidades buscamos compreender o processo de mudanças advindo da intensificação do turismo, de forma contextual e processual, de forma que seus resultados possam propiciar no futuro perspectivas comparativas e inferências mais gerais.

As inquietações com relação ao conceito de populações tradicionais no plano institucional e seus efeitos no plano prático e jurídico, suas possibilidades e limites e o debate no campo acadêmico, buscam, enfim, contribuir para um aprimoramento e avanço nessas reflexões, uma vez que o pesquisador, ao se voltar ao estudo de um grupo específico, muitas vezes tende a reduzir o conceito aos limites do grupo estudado.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

APPADURAI, Arjun. 2008. Introdução: Mercadorias e a Política de Valor. In: APPADURAI, Arjun (ed.), *A Vida Social das Coisas. As Mercadorias sob um Perspectiva Cultural*. Niterói, RJ: EDUFF.

ARANTES, Antonio Augusto. 2004. O Patrimônio imaterial e a Sustentabilidade de sua Salvaguarda. *Resgate*, 13: 11-18.

ARAUJO, Rogério C.P. et alli. 2005. Diagnóstico Socioeconômico da Zona Costeira do Estado do Ceará. Publicação no âmbito do Programa Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (ZEE), coordenado por Luiz Parente Maia (LABOMAR) e Maria Dias Cavalcante (SEMACE). Relatório. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. 2010. A Memória do Tempo do Cativo no Maranhão. *Tempo*, 29: 56-68.

CABRAL, Alexandre; TELES, José Agostinho. Mercado Turístico e Oportunidades de Investimentos no Ceará. *Estudos Turísticos da SETUR*, 19: 112-132.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W.B. 2009. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: *Cultura com Aspas e Outros Ensaio*s. São Paulo: Cosac & Naif.

DIEGUES, Antônio Carlos. 2000. *O Mito Moderno da Natureza intocada*. São Paulo: Hucitec/ Nupaub-USP.

DURHAM, Eunice. 2004. As Comunidades Rurais Tradicionais e a Migração. In: THOMAZ, Omar Ribeiro; FRY, Peter (ed.). *A Dinâmica da Cultura. Ensaio de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif. pp. 323-378.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

GLUCKMAN, M. 1987. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (ed.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Global. pp. 234-356.

KOPYTTOF, Igor. 2008. A Biografia Cultural das Coisas: A Mercantilização como Processo. In: APPADURAI, Arjun (ed.), *A Vida Social das Coisas. As Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural*. Niterói, RJ: EDUF. pp. 128-189.

MARÍN GUARDADO, Gustavo. 2010. *Turismo, Globalización y Mercantilización del Espacio y la Cultura en la Riviera Maya: Un Acercamiento a Tres Escenarios*. Mérida, México: CIESAS – Unidade Peninsular, inédito.

MARÍN GUARDADO, Gustavo; SANTILLÁN, Ángeles A. López. 2010. Turismo, Capitalismo y la Producción de lo Exótico. Una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y de la cultura. *Relaciones*, 123(23): 219-258.

MORAIS, Glória Cristina de Oliveira. 2005. Entre parentes: identidade, religiosidade e cotidiano. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN.

MURIETA, Rui Sérgio S. 2001. A Mística do Pairarucu: Pesca, Ethos e Paisagem em Comunidades do Baixo Amazonas. *Rev. Tempo Social*, 7(16): 113-130.

OLIVEIRA, J. B. Perdigão de. 1890. Um Capítulo da História do Ceará – Ligeiras Rectificações – Conquista dos Indígenas. *Revista do Instituto do Ceará*, ano IV, pp. 56-78.

RODRIGUES, Lea Carvalho. 2008<sup>a</sup>. Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais. Projeto de pesquisa CNPq, inédito.

\_\_\_\_\_ 2008b. Novas configurações identitárias e territoriais no processo de expansão do turismo no litoral Ceará. Anais da XXVI RBA.

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS – LEA CARVALHO  
RODRIGUES E POTYGUARA ALENCAR DOS SANTOS**

\_\_\_\_\_. 2010. Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais. Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, 10(3): 527-544.

SANTANA, Luciano Rocha; OLIVEIRA, Thiago Pires. O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental. Disponível em: [\[Link\]](#). Acessado em: 13 jun. 2011.

SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SANTOS, Potyguara Alencar dos. 2010. Mito-narrativas entre paisagens móveis: tempos e lugares de uma descrição etnográfica da vila de Nova Tatajuba (CE). Monografia, departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), inédito.

SAUTCHUCK, Carlos Emanuel. 2008. Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. *Série Antropologia* 420: 1-19.

TURNER, V. 1974. Preface e Cap.1. Social Dramas and Ritual Metaphors. In: *Dramas, Fields and Metaphors*. New York: Cornell University Press.